

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Economia Brasil
Taxa de descrédito

Todas as análises recentes sobre a persistência da inflação apesar de todas as medidas do governo — a perspectiva agora é de 230% este ano, de acordo com o economista Adroaldo Moura e Silva, da Universidade de São Paulo — reconhecem o peso que vem sendo exercido pela chamada “taxa de descrédito” nas autoridades econômicas, que leva os agentes econômicos a se posicionarem sempre com a expectativa de aumentos crescentes nos preços.

Esta taxa acaba de ser comprovada pela pesquisa da revista “Exame” desta semana, onde empresários consultados nos diversos segmentos da iniciativa privada atribuem quase que um índice zero de popularidade para o governo Figueiredo e sua equipe econômica. A causa da falta de prestígio — que se agravou rapidamente nos últimos dois anos — não pode ser outra senão os sucessivos desacertos das medidas internas de reajuste da economia.

No rastro da “inflação psicológica” — a mais difícil de se combater, pois falta exatamente o apoio político e o engajamento da sociedade no programa de recuperação econômica — seguem os conhecidos fenômenos da recessão (atingindo diretamente o mercado interno, comprimido pela queda real nos salários) e da especulação financeira, apontados pelo empresariado nacional como os principais males do momento, impedindo que o sopro de crescimento do setor exportador possa ser ampliado para as empresas voltadas para o consumo interno, assim desestimulando qualquer investimento produtivo.

Como não poderia deixar de ser, o empresário transfere a responsabilidade por esta situação às autoridades da área econômica, especialmente ao ministro do Planejamento, Delfim Netto, e ao ministro da Fazenda, Ernane Galvão. Daí a constatação feita pela pesquisa da “Exame”, onde 77% dos empresários consultados atribuem ao governo Figueiredo como um todo a classificação de “péssimo ou ruim” (contra 42,8% há um ano e apenas 17,8% há dois anos).

Os dois ministros receberam esta mesma classificação de 71,3% (Delfim) e 77% (Galvão), contra índices respectivos de 60% e 66,3% há um ano e 26% e 43,8% há dois anos (época do início da crise das contas externas e conseqüente negociação com o Fundo Monetário Internacional). Apenas 4,5% dos empresários consideram o governo como “excelente e bom” (contra 28,9% há dois anos), e o percentual deste tipo de opinião foi de 4,9% com relação ao Ministro da Fazenda e 5,3% com relação ao Ministro do Planejamento.

O pior de tudo é que, a poucos meses do fim do governo, não há perspectiva de melhoria da situação econômica — e o descrédito da parte dos empresários reflete este desânimo das autoridades econômicas. A inflação fecha o ano em alta e pode se agravar em 1985 com a eventual ocorrência de um novo choque agrícola (decorrência das políticas de crédito rural e preços agrícolas do governo), e a recessão só não será maior porque, nesta área, os ministros já negociaram no exterior uma manobra de liberalização das importações — usando parte dos superávits enormes da balança comercial — neste segundo semestre.

ARNOLFO CARVALHO